

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO E DELIMITAÇÃO DO TEMA.....	33
---------------------------------------	----

PARTE II

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS FUNDAMENTAIS: BASES ESTRUTURAIS PARA A CONSTRUÇÃO DE UM MODELO PROBATÓRIO RACIONAL E CONTROLÁVEL NO ÂMBITO FÁTICO-PROBATÓRIO CRIMINAL...	47
---	-----------

A. CONCEITOS INICIAIS SOBRE O DIREITO PROBATÓRIO NA SEARA PENAL: PREMISSAS PARA A COMPREENSÃO DA OPERABILIDADE DO JUÍZO DE FATO	47
1. Breviário sobre a discussão da verdade: um debate (ainda) necessário	48
1.1 A verdade como correspondência no processo penal: o consenso e a crença não produzem verdade ...	61
1.2 A correlação entre prova e verdade: a relevância da reconstrução (possível) dos fatos para o Direito Processual Penal (decisão correta)	77
2. O raciocínio probatório: a dedução, a indução e a abdução	88
3. A probabilidade das afirmações em juízo: a decisão judicial sobre os fatos tomada em um cenário de incerteza ...	100

4.	A distinção entre os contextos de descobrimento, formação, valoração, decisão e de justificação acerca da prova no processo penal.....	111
B.	ANÁLISE DOS MODELOS PROBATÓRIOS E AS SUAS CONSEQUÊNCIAS: UMA VISÃO EM TERMOS DE TIPOS IDEAIS E O ENFRENTAMENTO PRÁTICO-JURÍDICO.....	121
1.	O modelo probatório subjetivo: a visão irracionalista da prova	122
1.1	A crença (convencimento) do julgador como cerne do sistema probatório e o significado de “p está provado”	129
1.2	O livre convencimento na perspectiva subjetiva e o convencimento como padrão de correção	133
2.	O modelo probatório objetivo: a visão racionalista da prova	141
2.1	A aceitação como cerne do sistema probatório objetivo e o significado de “p está provado”	146
2.2	O livre convencimento na perspectiva objetiva e o papel da verdade (como correspondência) como padrão de correção	151
3.	A análise da tendência subjetivista da prática jurídico-penal brasileira: o livre convencimento e a interpretação jurisprudencial do artigo 155 do CPP	154
4.	A necessidade de se repensar o modelo probatório penal brasileiro: a estipulação de critérios de valoração e de <i>standards</i> de prova objetivos como imperativos de garantia da segurança jurídica.....	161

PARTE II

A CONSTRUÇÃO DE PARÂMETROS OBJETIVOS DE CONTROLE INTERSUBJETIVO DA VALORAÇÃO E DA DECISÃO ACERCA DOS ENUNCIADOS DE FATO NO PROCESSO PENAL	173
A. AS INFERÊNCIAS E OS PARÂMETROS DE CONTROLE DA VALORAÇÃO FÁTICO-PROBATÓRIA NA SEARA PENAL.....	173
1. O perfil conceitual das inferências probatórias: as inferências empíricas (generalização empírica), normativas (presunções legais) e conceituais.....	174
2. O perfil funcional da valoração da prova e das inferências probatórias: a adequação e sustentação da hipótese fática	186
2.1 O papel da inferência nas provas “diretas” e “indiretas” (em especial na prova indiciária).....	191
3. Os critérios de solidez da valoração da prova e das inferências probatórias: parâmetros para se aferir o grau de aceitação (justificação) da comprovação de uma hipótese fática (“ <i>warrant</i> ”)	197
3.1 Critérios ligados aos meios e elementos de prova (fiabilidade e suficiência).....	204
3.2 Critérios ligados à hipótese fática (não refutação, derivação, singularidade, coerência, simplicidade e capacidade explicativa)	221
3.3 Critérios ligados à inferência (suficiência da fundamentação lógica e probabilidade causal).....	229
B. OS STANDARDS DE PROVA COMO PARÂMETROS DE CONTROLE DA DECISÃO FÁTICO-PROBATÓRIA NA SEARA PENAL	237
1. O perfil conceitual dos <i>standards</i> de prova: a significação jurídico-processual.....	237

2.	O perfil funcional dos <i>standards</i> de prova: a função decisória (critério de exigência para a tomada da decisão), a função orientativa dos sujeitos processuais, a função justificadora e a distribuição dos erros.....	245
3.	A legitimidade para realizar a definição dos <i>standards</i> de prova: o compartilhamento de funções entre a jurisdição e a legislação	257
4.	A estruturação dos <i>standards</i> de prova: afinal, como eles devem ser definidos? Em busca de uma construção operativa: a estipulação de critérios mínimos.....	265
4.1	Os critérios metodológicos formais (redação) e materiais (epistemológicos)	275
4.1.1	A exigência de os <i>standards</i> cumprirem uma tarefa de controle e de limite à discricionariedade judicial no juízo de fato: a procura pela precisão linguística (a gradualidade entre a vagueza e a precisão) e a necessidade de vinculação à capacidade justificativa do acervo probatório	275
4.1.2	A necessidade de os <i>standards</i> de prova estarem ordenados em um nível de exigência progressiva, a depender das distintas fases do procedimento	282
4.1.3	A exigência de estipulação do grau de suficiência probatória com base em critérios não quantitativos (ou numéricos)	294
4.2	Os critérios políticos-morais (valorativos).....	298
4.2.1	A análise da gravidade do erro sobre a perspectiva dos falsos positivos	302
4.2.2	A análise da gravidade do erro sobre a perspectiva dos falsos negativos	309
4.2.3	A (im)possibilidade de rebaixamento dos <i>standards</i> : apreciação das dificuldades probatórias e da gravidade da sanção de cada espécie de tipo penal	315

5.	O cotejo da aplicabilidade dos <i>standards</i> em conjunto com o ônus da prova.....	324
6.	Alguns exemplos (disfuncionais) de <i>standards</i> adotados no processo penal brasileiro (<i>law in the books</i> × <i>law in action</i>) e a necessidade de construção de novos modelos	327
7.	Análise de propostas alternativas e a busca por uma formulação ideal para o processo penal brasileiro.....	332
8.	Os <i>standards</i> de prova no âmbito da justiça penal negocial	348

CONCLUSÃO.....	363
REFERÊNCIAS.....	369